



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município de NOVA BOA VISTA/RS
Balço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EXECUTIVO E REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Notas explicativas gerais

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Nova Boa Vista/RS, entidade jurídica de direito público, estando compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 08 Secretarias Municipais, incluído o Gabinete e o Poder Legislativo. O Município de Nova Boa Vista/RS, CNPJ 94.704.061/0001-83, compõe o poder público municipal consolidando as Demonstrações Contábeis do Legislativo, Executivo, Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Situado na Avenida Jacob Wagner Sobrinho, 939, Centro de Nova Boa Vista/RS, CEP 99.580-000,00. Município de Nova Boa Vista/RS tem em suas atividades e operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos de forma direta aos seus munícipes visando ao atendimento da coletividade, desempenhadas através dos Programas e Ações realizados pelos órgãos e entidades da Administração Direta.

Nota 2 –Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei nº 4.320-1964, na LC 101-2000, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as NBC TSP. **As presentes Notas explicativas estão consolidadas Executivo e RPPS.**

Notas Explicativas do Balço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 – Receitas Correntes Intraorçamentárias	861.103,07	3.0.91.00.00 – Despesas Correntes Intraorçamentárias	855.525,06	855.525,06	855.525,06
8.0.0.0.00.00 – Receitas de Capital Intraorçamentárias		4.0.91.00.00 – Despesas de Capital Intraorçamentárias			
TOTAL	861.103,07	TOTAL	855.525,06	855.525,06	855.525,06

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$3.576.299,53. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$14.462,13
- Deduções de receita por restituições	R\$14.458,40
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$0,00
- Deduções de receita por compensação	R\$
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$ 3.441.354,78
- Deduções de receita por retificações	R\$ 90.469,37
- Outras Deduções de receita	R\$ 15.554,85
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 3.576.299,53

Nota 5 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 498.009,44
Repasses concedidos ao RPPS	R\$
Repasses concedidos aos órgãos da Administração Indireta	R\$
[...]	R\$
Total dos repasses concedidos	R\$ 498.009,44

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2021 como fonte de abertura para créditos adicionais. O total utilizado R\$2.156.928,91 contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada:

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2020	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
0001 – Recursos Livres	965.935,19	965.935,19
0050 – RPPS	18.266.238,07	0,00
1023 – Transporte escolar Estadual	56.741,38	56.741,38
1026 – Merenda escola	30.853,47	30.853,47
1028 – Salario educação	98.962,39	98.962,39
1064 – PSMC	523,67	0,00



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1068 – FEAS – Prot. Social Básica	0,91	0,91
1074 – Transp. Escolar federal	28.808,50	28.808,50
1078 – Aldir Blank	63,43	63,43
1079 _ Consulta Popular SEADPR	12.432,81	12.432,81
1090 – Alienação Educação	35.127,60	35.127,60
1092 – Alienação Livre	367,60	367,60
1101- FUNDAGRO	127.233,48	127.233,48
1115 – IGD – BF	13.826,55	13.826,55
1157 – FNAS 873994	-176.145,99***	0,00
1158 – Min Turismo 865008	1,59	0,00
1177 – Conv. 890205/19	1.333,80	286.500,00***
1178 – Conv. 892705-19	1.260,87	260,87
2050 – Multa de transito	409,52	0,00
4002 – Alienação bens saude	243,91	243,91
4011 – INC. AT. BASICA	170.046,23	164.167,79
4050 – farmácia básica	4.768,12	4.768,12
4090 – ST PSF	47.217,37	47.217,37
4160 – PIM	761,00	761,00
4300Nota fiscal gaúcha	16.811,71	16.811,71
4500 – atenção básica	155.428,32	155.428,32
4501 – Media e alta compl	1.101,75	1.101,75
4502 - VIG. EM SAÚDE	11.120,22	11.120,22
4503 – ASSIST. FARMAC.	6.279,12	6.279,12
4511 – Cust. Outros prog.	88.440,42	88.440,42
4512 – Inv. Outros transf.	3.475,00	3.475,00
TOTAL	20.145.814,00	2.156.928,91

O superávit financeiro apurado no Balanço patrimonial de 2020 perfaz R\$1.703.634,57. Os valores utilizados em 2021 perfazem R\$2.156.928,91. A diferença de R\$ 286.500,00 se refere a empenho de restos a pagar não processados que foram cancelados em 31/03/2021, retornando o saldo como disponibilidade financeira. E R\$ 176.145,99 se refere a recursos de convênio não contabilizado como disponibilidade financeira no balanço de 2020, pois tem atributo “P”.

Nota 7 – Créditos Adicionais Reabertos: de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2021 não houve a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses de 2020.

Nota 8 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2021, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 90.677,40 e Não Processados o valor de R\$ 651.415,93, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 13/2021, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

A Entidade adotou o critério de (não) demonstrar os RP Não Processados liquidados em contas específicas, assim, eles serão apresentados junto aos RP Processados.

Nota 9 - O Poder Legislativo recebeu um total de R\$ 498.286,44 referente a duodécimo de 2021, tendo devolvido ao Poder Executivo ao final do exercício o montante de R\$ 277,00.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município de NOVA BOA VISTA/TS Balço Financeiro

Notas Explicativas do Balço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2021** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	24.621,83
9.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00
9.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	1,47
9.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS NÃO VINCULADOS	0,00
9.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	106.024,22
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 (R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE SERVIÇOS	314,85
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	2.063.998,43
9.1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	3.228,90
9.1.7.1.8.06.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	0,00
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	1.290.552,30
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	69.812,62
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	13.725,89
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 (R) DEDUÇOA OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.724,05
9.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 (-)DEDUÇÃO RECEITAS DE CAPITAL.	1.294,97
Total das Deduções da Receita Orçamentária	3.576.299,53

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 07/2021, do Tribunal de Contas do Estado, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2021, 25,71% da receita resultante de impostos e transferências. O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas **no exercício de 2021:**

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 - MDE	1.279.975,25	1.470.805,96
0031 – Fundeb	2.178.645,97	2.162.557,14
1023 – Transporte escolar estadual	11.471,61	68.212,99
1026 – MERENDA ESCOLAR COTA FEDERAL	42.894,38	73.747,85
1028 – salário educação	134.786,61	50.676,71
1074 – Transporte escolar federal	16.710,80	38.289,04



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1090 – Alienação de bens com recursos MDE	329,28	35.456,88
1167 – fnde brasil carinhoso	0,00	00,0
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	3.664.813,90	3.899.746,57

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 16,08% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0040 – ASPS	2.832.053,88	3.054.476,16
4.001 - Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	0,00	0,00
4.002 - Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	0,00	243,91
4.011 - Atenção Básica - PIES / Núcleo de Apoio à Atenção Básica - NAAB / Oficinas Terapêuticas / Redução de Danos / Rede Cegonha - exames pré-natais / Tele Diagnóstico em Doenças Respiratórias Crônicas / Fortalecimento da Promoção e Prevenção à Saúde / Verão numa Boa	446.825,71	216.683,10
4.050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	46.463,88	10.343,56
4.090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	275.591,22	162.757,08
4160 Programa Primeira Infância Melhor	34.124,10	13.336,90
4295 – Reformas	195.922,36	
4300 – Nota Fiscal Gaúcha	57.475,85	50.565,18
4500 – Atenção Básica	628.761,38	605.551,82
4.501 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	13.919,44	15.021,19
4.502 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	31.996,44	20.699,78
4.503 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	12.601,03	18.880,15
4.504 - GESTÃO DO SUS	6.050,00	0,00
4.505 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	100.108,28	0,00
4.511 – CUSTEIO - OUTROS PROG. FINANCIADOS	29.167,97	116.158,47
4.512 – INVEST. OUTRAS TRANSF.	47,41	3.522,41
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	4.711.108,95	4.288.239,71

Nota 4 -Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que, nos termos da Lei Municipal nº 851/2005 são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, conforme o seguinte detalhamento.

Receitas Previdenciárias		Despesas Previdenciárias	
Especificação	Valor arrecadado	Especificação	Valor empenhado
Contribuições dos Segurados	471.118,29	Aposentadorias	804.341,77



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Contribuições Patronais	861.103,07	Pensões	119.630,68
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	13.085,46	Outros Benefícios Previdenciários (salário família, salario maternidade, auxílio doença)	
Rendimentos das Aplicações do RPPS (valor líquido)	532.394,50	Compensação Previdenciária	65.748,97
Outras receitas previdenciárias	0,00	Sentenças Judiciais	
		Despesas Administrativas do RPPS	52.060,84
Total das Receitas Previdenciárias	1.877.701,32	Total das Despesas Previdenciárias	1.041.782,26

Nota 5 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1.064 - FNAS – Bloco de Proteção Social Média ae alta complexidade	653,17	0,00
1068 - FNAS – Bloco de Proteção Social Básica	5.895,10	746,96
1115 - FNAS – IGD – BF	16.276,31	11.281,05
1157 – FNAS – CONT. REPASSE	179.993,69	4.473,84
2015 – Fmca	70,90	
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	202.889,17	16.231,85

Nota 6 - Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1.075 - CIDE Combustíveis	3.810,31	3.810,31
1.078 - APOIO CULTURAL	0,00	63,43
1079 – CONSULTA POPULAR SEAPDR	0,00	12.432,81
1092 - Alienação de bens livre	1.190,15	75.044,92
1101 – Fundo Des. Agropecuário	74.590,04	124.200,00
1102 – Fundo desenv. Municipal	0,00	200.000,00
1103 – Fundo meio ambiente	55.226,25	51.543,81
1105 – Fundo Iluminação Pública	54.219,76	54.219,76
1158 - Minist. Turismo cont. Repasse 865008	9.380,18	0,00
1177 - Conv. 890205-2019 – mapa	8.264,84	0,00
1178 – Cont. Repasse 892705 -0 2019 – mapa	0,00	1.260,87
1181 – Emenda Parlamentar 212137930012 – equip	101.310,14	0,00
2050 – Multa Transito	227,02	
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	308.218,69	522.575,91

Nota 7 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação **ocorrida no exercício financeiro de 2021:**

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	651.415,93	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	90.677,40	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		1.101.338,77
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		31.138,90
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	0,00	
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	3.829,84	3.829,84
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	0,00	0,00
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	0,00	0,00
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES	1.324.462,93	1.324.175,74
Outros recebimentos extraorçamentários	261.519,26	
Outros pagamentos extraorçamentários		382.392,28
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	2.331.905,36	2.842.875,53

Nota 8 – Outros recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os valores informados se referem a contrapartidas de registros de entradas e saídas de recursos financeiros em situações excepcionais, decorrentes dos seguintes fatos:

Ocorrência	Ingressos	Dispêndios
Rendimentos negativos de aplicações financeiras do RPPS -Valor excedente ao registrado em contas dedutoras de receitas		380.129,05
Perdas involuntárias de caixa e bancos (cheques devolvidos, roubos, desfalques, desvios, sinistros)		
Ajustes contábeis de exercícios anteriores – saldos financeiros		
Devolução de cauções de obras		2.263,23
Reversão de perdas em aplicações financeiras do RPPS	261.519,26	
Total de outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários		

Nota 9 –Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município de NOVA BOA VISTA/RS
Balanço Patrimonial

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2021, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 7.452.503,29. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um <<acrécimo>> de 85,23%.

Nota 2 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazo: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 74,24% do total de créditos. O restante, correspondente a 25,76% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas **reduzoras do ativo**.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2021:

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	659,59	1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	0,00
1.1.2.2.0.00 - CLIENTES	0,00	1.2.1.1.1.02 - CLIENTES	0,00
1.1.2.3.0.00 – CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	0,00	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	49.722,00
1.1.2.4.0.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	3.971,80	1.2.1.1.1.04 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	31.015,90
1.1.2.5.0.00 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	6.589,62	1.2.1.1.1.05 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	80.470,88
1.1.2.6.0.00 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	44.822,26	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(106.192,51)
1.1.2.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(2.570,43)	1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	
1.1.3.1.0.00 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	81.666,56		
1.1.3.2.0.00 - TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR			
1.1.3.3.0.00 - CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
1.1.3.4.0.00 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.757,30		
1.1.3.5.0.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS			
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	20.587,60		



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1.1.3.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	158.484,30	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	55.016,27

Nota 3 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segue o detalhamento:

Título / Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.01 – Títulos Públicos	
1.1.4.1.1.02 - Ações	
1.1.4.1.1.03 - Derivativos	
1.1.4.1.1.09 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	19.001.405,69
1.1.4.1.1.10 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	
1.1.4.1.1.11 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO IMOBILIÁRIO - RPPS	
1.1.4.1.1.12 - APLICACOES EM ENQUADRAMENTO - RPPS	
1.1.4.1.1.13 - TITULOS E VALORES NAO SUJEITOS AO ENQUADRAMENTO - RPPS	
1.1.4.1.1.14 - APLICACOES COM A TAXA DE ADMINISTRACAO DO RPPS	
1.1.4.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	
Total dos Investimentos a Aplicações Temporárias a Curto Prazo	19.001.405,69

Nota 4 – Estoques: O Município não possui almoxarifado, sendo assim, não há a conta estoque no balanço Patrimonial. Os produtos são registrados como consumo imediato e lançados como Variação Patrimonial Diminutiva.

Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2021 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 128.443,10. Em relação ao exercício anterior, apresentou uma variação <<positiva>> de 574,41%.

Nota 6 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação <<positiva>> da ordem de R\$44.549,76 decorrente, em grande parte, da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**.

O Município participa dos seguintes consórcios: CONISA, Consórcio Intermunicipal de Saúde da Grande Sarandi e Consórcio Intermunicipal de Nova Boa Vista, Chapada, Barra Funda e Novo Barreiro. Em relação ao CONISA, o valor que consta no BP de R\$ 15.248,80 refere-se ao saldo existentes em 31/12/2020 acrescido dos repasses do contrato de rateio de 2021, sendo que não houve, até a data do encerramento das demonstrações contábeis, o ajuste da equivalência patrimonial uma vez que o município não recebeu as demonstrações contábeis de 2021.

Com relação ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Grande Sarandi, o valor que consta no BP de R\$ 83.200,57, se refere a participação com base no balanço de 2020 acrescido dos repasses do contrato de rateio de 2021. Igualmente não foi recebido as demonstrações contábeis de 2021 para proceder o ajuste da participação do Município.

No que se refere ao Consórcio de Chapada, Barra Funda, Nova Boa Vista e Novo Barreiro, o valor que consta no BP de Nova Boa Vista de R\$ 619,40 se refere ao saldo de 31/12/2020, sendo que



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

não houve repasses de contrato de rateio em 2021 e também não foi recebido os balanços de 2021 para proceder o ajuste pela equivalência patrimonial.

Nota 7 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no demonstrativo contábil mensal extraído do sistema patrimonial. Em 2012, foi iniciado o procedimento de depreciação a partir dos móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização. A depreciação é calculada com base no Decreto n. 1252/2012 e Decreto 1407/2014. Em 2021 os Bens Móveis totalizaram o valor líquido de R\$7.825.088,56, representando 29,09% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um <<acrécimo>> 12,55%, ou seja, uma variação de R\$ 1.348.494,00. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	4.781.991,44
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	453.830,07
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	945.565,21
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAI, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	188.911,68
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	4.076.130,87
1.2.3.1.1.06 - PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	
1.2.3.1.1.07 - BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	
1.2.3.1.1.08 - BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	9.765,00
1.2.3.1.1.09 - ARMAMENTOS	
1.2.3.1.1.10 - SEMOVENTES	
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	1.632.767,34
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACAO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	(4.263.873,05)
1.2.3.9.1.01 - (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	0,00
Total de Bens Móveis	7.825.088,56

Nota 08 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, deu-se início aos procedimentos de inventário, avaliação/reavaliação, depreciação e quando cabível, a amortização ou exaustão dos bens imóveis, nos termos do regulamento aprovado pelo Decreto Decreto nº 1252/2012 e Decreto 1407/2014. Através da Comissão criada pela portaria 6.462, de 22/11/2021. determinou-se a conferência dos bens de propriedade do Município conforme relatórios do setor de patrimônio. Em síntese, os bens imóveis totalizaram o valor líquido de R\$ 19.065.921,06 e contribuíram com 70,91% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um <<acrécimo>> de 7,61%



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	8.939.126,52
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	0,00
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	8.125.132,61
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	807.178,83
1.2.3.2.1.07 - INSTALAÇÕES	19.000,00
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMOVEIS	3.508.785,50
1.2.3.8.1.02 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	(2.273.301,92)
1.2.3.8.1.04 - (-) EXAUSTÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	60.000,48
1.2.3.8.1.06 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	0,00
1.2.3.9.1.02 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS	0,00
Total de Bens Imóveis	19.065.921,06

Nota 09 – Ativo Intangível: nos Bens Intangíveis estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das ações de governo ou exercidos com essa finalidade. O Município não possui ativos intangíveis.

Nota 10 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	701.505,95	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	11.602,50	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00
Total a Curto Prazo	713.108,45	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 11 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2021, e compreendem as obrigações financeiras <<internas>> do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados e curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 928.163,08. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação <<negativa>> de 7,739%. Em relação aos contratos com encargos financeiros prefixados, de acordo com o MCASP são apropriados em contas retificadoras, os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término dos respectivos contratos. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	135.416,58	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	781.250,14
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	11.496,36	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00	2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00
Total a Curto Prazo	146.912,94	Total a Longo Prazo	781.250,14

Nota 12 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 74.514,04, representando um <aumento> de 687% em relação ao ano anterior. O Município não possui fornecedores e contas a pagar no longo prazo.

Nota 13 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 19.778,25, com <<aumento>> de 51,99% em relação ao ano anterior. Não há obrigações fiscais a longo prazo.

Nota 14 – Provisões a Curto e a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No longo prazo, as provisões apresentaram um <<acrécimo>> de 18,09% em relação ao exercício anterior. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada em 12/2021, representa 99,19% do total das Provisões a Longo Prazo.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.7.1.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS	0,00	2.2.7.1.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS	90.000,00



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	
		2.2.7.2.0.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	23.847.005,74
2.1.7.3.0.00 - PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.3.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	2.143,80
2.1.7.4.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.4.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	101.929,21
2.1.7.5.0.00 - PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.5.0.00 - PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
2.1.7.6.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.6.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO	0,00
2.1.7.9.0.00 - OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.9.0.00 - OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
Total a Curto Prazo	0,00	Total a Longo Prazo	24.041.078,75

Nota 15 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um <<decréscimo>> de 9,66% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2021 1,85% do passivo circulante. Não há saldo em Demais Obrigações a Longo Prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto a longo prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Saldo	Demais Obrigações a Longo Prazo	Saldo
2.1.8.1.0.00 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00	2.2.8.1.0.00 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO	0,00
2.1.8.2.0.00 - OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS	0,00	2.2.8.2.0.00 - OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS A LONGO PRAZO	,00
2.1.8.3.0.00 - ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR	0,00	2.2.8.3.0.00 - DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A LONGO PRAZO	0,00
2.1.8.4.0.00 - DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO	0,00	2.2.8.4.0.00 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
2.1.8.5.0.00 - DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	0,00		
2.1.8.6.0.00 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	0,00		
2.1.8.8.0.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	18.052,64	2.2.8.8.0.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	0,00
2.1.8.9.0.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	2.2.8.9.0.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
Total a Curto Prazo	18.052,64	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 16 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2021 totalizou em R\$ 972.366,32, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2021 somou R\$ 116.311,45, sendo que, deste total, todos com disponibilidade financeira para a sua cobertura.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nota 17 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações/Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um <<superávit>> de R\$ 1.916.640,51, o Patrimônio Líquido apresentou um <<acrécimo>> 7,33% em relação ao ano de 2020.

Nota 18– Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo <<DEVEDOR>> de R\$5.161,33 resultante principalmente dos lançamentos listados abaixo:

a) foi registrado a <<débito>> nesta rubrica o valor de R\$ 5.161,33, referente a despesas de exercícios anteriores.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município de NOVA BOA VISTA/RS Demonstração das Variações Patrimoniais

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. As incorporações de ativos tiveram <<aumento>> de R\$ 2.302,00 em relação ao ano anterior. Já o item desincorporação de passivos apresentou um saldo de R\$2.721,60, ou seja, 10,74% de <<aumento>>.

Item / Subitem	Valor R\$
4.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	9.311,20
4.6.1.2.0.00 - REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
4.6.1.9.0.00 - REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	
4.6.2.1.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
4.6.2.2.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	
4.6.2.3.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
4.6.2.9.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS	
4.6.3.1.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	
4.6.3.2.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS	
4.6.3.3.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE VALORES APREENDIDOS	
4.6.3.9.0.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.302,00
4.6.6.1.0.00 – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.721,60
4.6.5.1.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	
4.6.5.2.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
4.6.5.3.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	
Total das valorizações e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	14.334,80

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2021, os registros nesse item somaram R\$1.094.923,44, representando uma <<diminuição>> de 21% em relação ao ano anterior, onde se destacam os decréscimos relacionados a reversão de provisões e ajustes de perdas e diversas variações Patrimoniais aumentativas que somaram, respectivamente, R\$215.692,02 e R\$ 879.231,42.

Item / Subitem	Valor R\$
4.9.1.0.1.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO	
4.9.2.1.0.00 - RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
4.9.2.2.0.00 - DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS	
4.9.7.1.1.00 - REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	21.352,50
4.9.7.2.0.00 - REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	194.339,52
4.9.9.1.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	13.085,46
4.9.9.2.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS	
4.9.9.3.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICAÇÕES	
4.9.9.4.0.00 - AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO EM INVESTIMENTOS	
4.9.9.5.0.00 - MULTAS ADMINISTRATIVAS	
4.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.9.9.7.0.00 - VPA DECORRENTE ALIENAÇÃO BENS APREENDIDOS	
4.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	866.145,96
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.094.923,44

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os “Ajustes de bens, valores e créditos” teve um registro total de R\$ 307.557,41, representando uma variação <<positiva>> de 22,23% em relação ano anterior. Já o item “Desincorporação de Ativos” apresentou aumento de R\$ 20.698,60 em relação ao ano de 2020, com destaque para as contas representativas de desincorporação de créditos a receber e desincorporação de imobilizado. **Especificamente em relação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, houve o registro como perdas involuntárias, das perdas ocorridas em aplicações financeiras (rendimentos negativos), que somaram R\$ 300.163,01.

Item / Subitem	Valor R\$
3.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	
3.6.1.2.0.00 - REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
3.6.1.3.0.00 - REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	
3.6.1.4.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	
3.6.1.5.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
3.6.1.6.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	
3.6.1.7.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	307.557,41
3.6.1.8.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	
3.6.2.1.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
3.6.2.2.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	
3.6.2.3.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
3.6.2.9.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS	
3.6.3.1.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	
3.6.3.2.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS	
3.6.3.3.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES	
3.6.3.9.0.00 - OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS	
3.6.4.0.1.00 - INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO	
3.6.5.0.1.00 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	49.538,88
Total das desvalorizações e perdas de ativos e incorporações de passivos	357.096,29

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2021, os registros nesse item somaram R\$3.861.433,19, representando um <<aumento>> de 28,16% em relação ao ano anterior. Também se destacam nesse item, as VPD de constituição de provisões, que somaram R\$ 3.704.349,72, com destaque para as provisões matemáticas previdenciárias do RPPS que somaram R\$3.624.349,72, representando um <<aumento>> de 33,72% em relação ano anterior. O quadro a seguir detalha a composição das outras variações patrimoniais diminutivas:

Item / Subitem	Valor R\$
3.9.1.0.0.00 - PREMIAÇÕES	13.286,50



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.9.2.1.0.00 - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
3.9.4.0.0.00 - INCENTIVOS	
3.9.5.0.0.00 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	76.477,79
3.9.6.0.0.00 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	
3.9.7.1.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	
3.9.7.2.0.00 - VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	3.624.349,72
3.9.7.3.0.00 - VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS	
3.9.7.4.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	80.000,00
3.9.7.5.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS	
3.9.7.6.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP	
3.9.7.9.0.00 - VPD DE OUTRAS PROVISÕES	
3.9.9.1.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	64.595,13
3.9.9.2.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS	
3.9.9.3.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICAÇÕES	
3.9.9.4.0.00 - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO EM INVESTIMENTOS	
3.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.724,05
3.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	
Total das outras variações patrimoniais diminutivas	3.861.433,19

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi <<positivo>> de R\$ 1.916.640,51. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação de 1,75%.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destino dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	
Alienação de Bens Imóveis	
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	1.519,43
TOTAL DAS ORIGENS	1.519,43
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	110.745,71
Inversões Financeiras	
Amortização da Dívida	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	
Regime Geral de Previdência Social	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALENAÇÃO DE ATIVOS	110.745,71
SALDO NÃO APLICADO	-109.226,28



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município de NOVA BOA VISTA/RS
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo <<positivo>> de R\$ 6.910.219,29. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 7ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2021, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo <<negativo>> de R\$ 2.675.648,95.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi <<negativo>> de R\$86.328,56, o que contribuiu para uma <<diminuição>> dos níveis de endividamento do Município.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.

NOVA BOA VISTA – RS, 31/12/2021

.....
SILVANA B. FOSCHIERA
Contadora
CPF: 998.090.360-00
CRC/RS 064.707/0-9

.....
DANIEL THALHEIMER
Prefeito Municipal
CPF: 951.856.900-20